

SANTOS, Paula Borges

Dom António Ribeiro

Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021. 416 p. ISBN 9789725408063. Ebook ISBN 9789725408070

ANTÓNIO MONTES MOREIRA

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2025.18093>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0003-1197-7354>

Mais um volume da apreciada coleção *Timeline – Biografias intemporais* sobre personalidades ligadas à Universidade Católica Portuguesa (UCP), publicada pela Universidade Católica Editora com o patrocínio da Fundação Amélia de Mello.

Nota de excelência a salientar nesta obra é o amplo conjunto de fontes e estudos utilizados. A autora procedeu a investigações em 14 arquivos públicos e privados, com relevo para os do Patriarcado de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Rádio e Televisão de Portugal (RTP), examinou 16 jornais e 18 boletins e revistas, entrevistou 14 pessoas quase todas próximas de Dom António e consultou bastantes fontes impressas e memórias, bem como avultada bibliografia. As mais de oitocentas notas infrapaginais apresentam ainda abundantes referências a documentação digital.

Nesta biografia, o enorme acervo dos dados recolhidos aparece organizado em ordenada sistematização. Sobressaem igualmente a boa qualidade da informação e o equilíbrio na apreciação de atitudes e acontecimentos.

A obra inclui um registo fotográfico de vinte unidades. Seis documentam a participação do biografado em eventos da UCP da qual, como patriarca de Lisboa, era institucionalmente Magno Chanceler.

Apresentado na *Introdução* como «biografia pastoral de D. António Ribeiro», este «livro capta, em especial, a atividade eclesial que exerceu ao longo do seu episcopado» (p. 15). Desdobra-se em nove capítulos.

O cap. I, *A educação eclesiástica, 1940-1959*, abrange as três primeiras décadas da vida do 15.º patriarca de Lisboa.

Nascido a 21 de maio de 1928 no lugar de Pereiro da freguesia de São Clemente de Basto, concelho de Celorico de Basto, numa família de modestos proprietários rurais, o pequeno António cursou os três primeiros anos do ensino primário no posto escolar da sua terra. Foi o único da turma a avançar para a quarta classe que frequentou na escola da vizinha aldeia de São Gonçalo, situada a uma hora de caminho a pé de sua casa. Em 1940 rumou a Braga para iniciar o currículo de formação sacerdotal: cinco anos de estudos preparatórios no Seminário Menor de Nossa Senhora da Conceição com programa semelhante ao dos liceus e, no Seminário Maior de S. Pedro e S. Paulo, o denominado Seminário Conciliar, três anos de filosofia e disciplinas afins e quatro de teologia. Acabado o curso teológico, foi ordenado presbítero a 5 de julho de 1953.

A autora detém-se na apresentação do quadriénio de teologia. Os professores pertenciam quase todos ao clero da Arquidiocese e muitos tinham sido formados em universidades pontifícias de Roma, Comillas e Salamanca. Como noutros seminários do país, a direção

espiritual era assegurada por um sacerdote jesuíta. O jovem António incorporou-se no agrupamento de escuteiros fundado nos seminários da Arquidiocese em 1947. Mais tarde confessará que a formação escutista o ajudara a crescer «na disponibilidade para o serviço dos outros e na concretização de um ideal de vida», bem como «na fé e na vocação sacerdotal» (p. 37).

A teologia ministrada no Seminário Conciliar apresentava «uma matriz profundamente concetual, abstrata e apoloética», enquanto o método de ensino, centrado em compêndios e sebtas, «praticamente dispensava a pesquisa sobre outras fontes e favorecia o cultivar de uma lógica estruturada e defensiva» (p. 38). Era também assim nos outros seminários maiores. Mas a autora regista igualmente que os membros da direção da revista do Seminário, *Cenáculo*, presidida por António Ribeiro no ano letivo de 1952-1953, declarando-se «vigilantes e abertos aos sinais dos tempos», diziam compreender «a chamada Teologia das Realidades Terrestres», com «a preocupação de acompanhar a renovação da Igreja, norteados pela voz do Santo Padre» (p. 39). Um dos sinais de abertura foi o artigo do diretor sobre «a Igreja e o movimento feminista». Ele próprio justifica o tratamento de tal assunto em publicação de seminaristas por se tratar de «um problema incluído na Questão Social» (p. 42).

Nos quatro anos do curso teológico o biografado obteve sempre a classificação de «distinto», correspondente a 16-17 valores. Declarando que depositava nele «fundadas esperanças» (p. 44), o arcebispo de Braga D. António Bento Martins Júnior logo o enviou para Roma a especializar-se em Dogmática na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Gregoriana.

Na nova escola, prossegue a autora, «continuou a revelar-se um aluno de grande qualidade, confortável com o método jesuíta de ensino e familiarizado com o recurso ao latim, na elaboração da teologia e da filosofia no estilo escolástico, como ali se praticava. (...) Contudo, uma das principais novidades com que se terá confrontado terá sido a realidade emergente das ciências sociais, particularmente da antropologia e da sociologia, em plena fase de consolidação naquela universidade», bem como a sua influência sobre a teologia do apostolado dos leigos (p. 50 e 51-52).

Em julho de 1954 o jovem universitário recebeu o grau de bacharelato com a nota máxima na escala de 10 valores e dois anos depois o de licenciatura com igual pontuação. Como tema de doutoramento, tomou a questão do evo (*aevum*) em São Tomás, a saber, a duração dos seres angélicos, criados por Deus sem ligação ao tempo histórico. Ignora-se «se foi uma escolha pessoal, ou se terá sido influenciado por algum professor» (p. 54).

No ano escolar de 1957-1958 frequentou a Faculdade de Teologia de Innsbruck, na Áustria, onde ensinava o conceituado jesuíta Karl Rahner. Regressou a Portugal em outubro de 1958. A defesa da tese, *A doutrina do evo em São Tomás de Aquino – Ensaio sobre a duração da alma separada*, decorreu a 9 de março de 1959 na Universidade Gregoriana, com a classificação de nove valores. «Fechava, com sucesso, um ciclo na sua vida. Todavia, haveria de mostrar, a breve trecho, desprendimento pelo tema com que se doutorara (...) e não esconderia desconforto quando, anos depois, lhe mencionavam a doutrina do *aevum*. (...) renunciaria, sem ruído, ao pensamento neotomista na sua extrema concetualização» (p. 56).

O cap. II, *Presbítero em Lisboa: de assistente da Ação Católica a figura pública televisiva, 1958-1967*, analisa os primeiros nove anos de ação pastoral do biografado. Ao voltar a Braga em outubro de 1958, estava nomeado professor de teologia dogmática no Seminário Conciliar

(p. 55). Mas não assumiu o lugar. Ele próprio me disse que só dormiu uma noite em Braga e no dia seguinte viajou para Lisboa.

Na capital, o cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira confiou-lhe o encargo de assistente-geral da Liga Universitária Católica/Feminina (LUC/F) sob acompanhamento do presidente da Junta Central da Ação Católica Portuguesa (ACP), D. José Pedro da Silva, bispo auxiliar de Lisboa e titular de Tiava. Por inerência de cargo, acompanhava as associações de profissionais católicos vinculadas à ACP: Médicos, Farmacêuticos, Engenheiros e Professores. No desempenho deste ministério promoveu a criação de grupos apostólicos na Liga Universitária Católica (LUC) e nas associações profissionais e providenciava à formação doutrinal e espiritual dos seus membros mediante encontros de reflexão, recolções periódicas e artigos em publicações da ACP.

A ação pastoral do doutor António Ribeiro, como passou a ser conhecido, inseriu-se em pleno no ambiente de *aggiornamento* da Igreja lançado pelo papa João XXIII com o anúncio do Concílio Vaticano II a 25 de janeiro de 1959. A autora menciona quinze teólogos precursores ou intervenientes no Concílio por ele assiduamente estudados. Até pela noite dentro, conforme se tornou hábito seu: «Diariamente, já sendo patriarca de Lisboa, estudava entre as 21h30 e as 02h00, faltando a esse compromisso consigo próprio só em circunstâncias excecionais» (p. 60).

De 1961 a 1966 o biografado tomou parte numa dúzia de congressos e eventos análogos, realizados no país e no estrangeiro. Seleciono três ocorridos em Lisboa e em que a sua intervenção mais se destacou.

O I Encontro Nacional dos Diplomados Católicos, em 1961, ocupou-se dos «Problemas atuais da Família em Portugal», registou quinhentos participantes e esteve na origem da fundação da União Pró-Família. A temática da família continuou presente nos anos seguintes nas reuniões de formação dos organismos da ACP, masculinos e femininos.

O II Encontro Nacional dos Diplomados Católicos, sobre «Perspetivas cristãs do desenvolvimento económico», decorreu de novembro de 1962 a maio de 1963, tendo cabido ao doutor Ribeiro a alocução de abertura. Reuniu um milhar de participantes entre os quais a autora enumera umas vinte personalidades de relevo na vida pública ou que vieram a sê-lo depois de abril de 1974. Este encontro, prossegue, «não se isentou de causar sobressalto nos quadros políticos do regime» (p. 65). Por sua vez, o cardeal Cerejeira advertia que os organismos da ACP não podiam «assumir responsabilidades concretas da ação temporal» e que «o católico, ainda quando atuando sob a sua responsabilidade, alguma vez fique independente do magistério da Igreja» (p. 65).

No VII Congresso Internacional de Farmacêuticos Católicos, sobre «Farmácia e Socialização» e realizado em Lisboa a 4-8 de setembro de 1963, o doutor Ribeiro proferiu uma conferência sobre o conceito de socialização na encíclica *Mater et Magistra* do papa João XXIII, publicada no ano anterior. Expondo a doutrina pontifícia, conclui a autora, «não se eximia a cruzar-se com a questão nevrálgica, na época, da liberdade de ação política dos católicos a título individual. Ao comentar as opções estabelecidas pela doutrina papal, afastava-se da situação política existente em Portugal. Não exercia diretamente o seu questionamento, mas com o horizonte que apresentava distanciava-se do regime» (p. 75).

Além da assistência à LUC, no biénio de 1965-1967 o biografado assumiu a direção do Instituto de Cultura Superior Católica onde lecionou as disciplinas de Introdução à Teologia,

---

Metodologia das Ciências Sociais e Doutrina Social da Igreja. Esta escola surgiu como núcleo embrionário da futura Universidade Católica e ministrava quatro cursos vespertinos não universitários: Teologia, Filosofia, Ensino de Religião e Moral e Cultura Religiosa.

Durante o mesmo biénio, informa a autora no capítulo seguinte (p. 113-114), ensinou também Filosofia Social, Filosofia Moral e Psicologia Social no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina de Lisboa.

A segunda parte deste capítulo apresenta o «comunicador que surpreendeu» (p. 80) na RTP. O doutor Ribeiro foi autor e locutor de três programas televisivos: «Encruzilhadas da Vida» (1959-1964), «Meditações» (durante alguns meses) e o «Dia do Senhor» (1964-1967). O primeiro expunha tópicos da doutrina cristã, geralmente em resposta a correspondência recebida dos telespectadores. O segundo consistia num breve pensamento espiritual para encerramento da emissão e preparação do dia seguinte. O terceiro passava ao domingo e compunha-se de notícias, comentários, entrevistas e reportagens da atualidade religiosa nacional e internacional, marcada pela conclusão e início da aplicação do Concílio Vaticano II (1962-1965). Programas valorizados ainda pela agradável presença televisiva do biografado.

A programação religiosa da RTP também estava sujeita à Censura. A autora transcreve um extrato da ata da reunião da produção, de 6 de novembro de 1961, em que o diretor registou «os problemas que se têm levantado ultimamente com os programas religiosos, a colaboração do padre António Ribeiro e a censura destes programas» (p. 93, nota 151).

De 28 de novembro a 8 de dezembro de 1964 realizou-se em Bombaim o 38.º Congresso Eucarístico Internacional. A 18 de dezembro de 1963 o Governo português obteve a informação de que o papa Paulo VI teria aceitado um convite do primeiro-ministro indiano para visitar o país nessa oportunidade. Surgiu então um conflito diplomático entre a Santa Sé e o Governo de Portugal, que se sentia ofendido por tal deslocação dois anos depois de a Índia ter anexado o território português de Goa. A autora acompanha o diferendo com bastante pormenor. A viagem foi notificada formalmente ao Governo português a 18 de outubro de 1964, como tendo «exclusivamente carácter religioso» (p. 96), e confirmada oficialmente em Roma pelo próprio Papa no dia seguinte. A 21 de outubro o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, advogou que se cumprisse no país «o mais profundo, magoado e digno silêncio» sobre a ida de Paulo VI a Bombaim (p. 97). O doutor Ribeiro negou-se a fazê-lo no «Dia do Senhor». Ignora-se o que realmente se passou. O mais provável é que, «ao ser impedido de apresentar o texto que levava preparado sobre a viagem do papa, ausentou-se dos estúdios recusando qualquer outra alternativa» (p. 94).

A primeira parte do cap. III, *A elevação ao episcopado, 1967-1969*, relata com algum detalhe novo desencontro entre a Santa Sé e o Governo português.

A 14 de março de 1967, nos termos do artigo 7.º do Acordo Missionário de 1940, o núncio apostólico em Lisboa participou ao Governo que Paulo VI apresentava o padre António Ribeiro para suceder ao falecido bispo da Beira, em Moçambique, D. Sebastião Soares de Resende. A teor desse artigo, o Governo dispunha de um mês para informar se tinha objeções de carácter político geral à nomeação. A 11 de abril Franco Nogueira comunicou pessoalmente ao núncio a rejeição da proposta. Evocando o relacionamento difícil de D. Sebastião com as autoridades civis desde 1956, o ministro defendeu que as duas principais autoridades da Beira, «o governador do distrito e o bispo, fossem de confiança do Executivo e capazes de orientar

a opinião pública local no interesse do Estado português» (p. 107) e acrescentou que o candidato indicado entendia que «Moçambique não era parte integrante da Nação Portuguesa» (p. 108). O provimento da diocese da Beira decidiu-se num encontro entre Mons. António Samorê e Franco Nogueira durante a vinda de Paulo VI a Fátima em 13 de maio. Nessa entrevista «ficou combinado que, se o Governo português aceitava um bispo preto para Angola, a que de início se opusera, a Santa Sé não falaria mais do caso da recusa do bispo D. António Ribeiro para a Beira» (p. 110-111).

Nesta conformidade, a 3 de julho de 1967 a Santa Sé nomeou o biografado bispo auxiliar de Braga e titular de Tigilava e para a Beira, a 21 de julho do mesmo ano, o bispo auxiliar de Braga D. Manuel Ferreira Cabral. Mas o bispo negro de Angola só apareceu a 12 de março de 1970 com a nomeação de D. Eduardo André Muaca para bispo auxiliar de Luanda e titular de Ísola.

As três últimas páginas do capítulo dão notícia da curta permanência episcopal de Dom António na sua diocese de origem. Ordenado bispo a 17 de setembro de 1967 na sé de Braga, exerceu os cargos de vigário-geral da arquidiocese, responsável da zona pastoral do nordeste da mesma e encarregado do apostolado dos leigos. Paralelamente, na Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) foi eleito presidente da Comissão Episcopal dos Meios de Comunicação Social em novembro de 1968.

O cap. IV, *Bispo auxiliar de Lisboa, 1969-1971*, informa sobre os dois anos de Dom António como bispo auxiliar na capital para onde foi transferido a 6 de junho de 1969 e «designado para o Apostolado dos Leigos» (p. 119).

Em Lisboa, o cardeal Cerejeira, numa decisão que surpreendeu, nomeou Dom António pároco dos Mártires, no centro da cidade. Preterindo a sede da CEP e o Patriarcado, instalou aí o seu gabinete de trabalho e atendimento. Não participou nas duas reuniões do Conselho Presbiteral de 1969-1971, mas, observa a autora, durante este biénio foi «discreto observador das dinâmicas presbiterais do Patriarcado» (p. 167). O clero de Lisboa sofria então bastantes abandonos do ministério e encontrava-se muito dividido na concretização das reformas litúrgicas, pastorais e institucionais do Concílio. Dois acontecimentos refletiram e aprofundaram a divisão: a demissão apresentada pela equipa diretiva do seminário dos Olivais em fins de setembro de 1968 depois de Cerejeira ter decidido enviar os seus alunos à Faculdade de Teologia da UCP e o desentendimento entre o Cardeal e o P. José da Felicidade Alves, que culminou na suspensão *a divinis* deste a 2 de novembro de 1968. A autora detém-se na exposição deste caso e salienta o papel do biografado, desde a sua elevação a patriarca, na reaproximação do antigo pároco de Belém à Igreja. Pouco depois da sua morte, o seu sucessor no Patriarcado, D. José Policarpo, a 17 de junho de 1998, «trilhando passos já dados por D. António, nomeadamente junto das autoridades vaticanas, celebraria o casamento canónico de Felicidade Alves, após este ter aceite a redução ao estado laical e de lhe terem sido levantadas as censuras existentes» (p. 179).

Nomeado assistente-geral da ACP, Dom António voltava a trabalhar com D. José Pedro da Silva, bispo de Viseu desde 1965 e presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos. Em artigo publicado no *Boletim da ACP* logo em 1970 esclareceu, à luz do Concílio Vaticano II, que a corresponsabilidade dos leigos no apostolado radica na sua consagração batismal e crismal antes de qualquer chamamento da hierarquia. Cuidou especialmente da formação dos assistentes religiosos. Seguiu de perto as dificuldades da ACP em vários planos: diminuição de efetivos particularmente no sector adulto das Ligas e, na sequência da crise

universitária de 1962, na Juventude Universitária Católica (JUC); insuficiência dos recursos económicos; protelamento da provisão dos cargos de assistente nacional da JAC e da JEC; questionamento da atualidade e até da necessidade da ACP; convívio nem sempre fácil com outros movimentos e obras de apostolado e problemas com a censura, a polícia política e alguns ministros do Estado Novo. Por fim, juntamente com o bispo de Viseu, levou a cabo a reforma das Bases Gerais da ACP, aprovada pela CEP em junho de 1971.

Entretanto, na assembleia geral da CEP de abril de 1970, Dom António fora eleito secretário deste órgão colegial do episcopado. Desempenhou o cargo até abril de 1972 quando já era patriarca de Lisboa.

Na área da comunicação social, deve-se ao biografado, quando era bispo auxiliar de Braga, a introdução no país em 1969 da celebração do Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social, criado pela Santa Sé dois anos antes. Na assembleia plenária da CEP de abril de 1969, estando ainda em Braga, propôs a criação de um Secretariado dos Meios de Comunicação Social, formado por três subsecretariados para a Imprensa, o Cinema e a Radiotelevisão. A proposta, retrabalhada, foi aprovada na assembleia de abril de 1970. Ademais, Dom António, em colaboração com o jornalista Manuel da Silva Costa, orientou a publicação da obra coletiva, em três volumes, *A Igreja do Presente e do Futuro – História do Concílio Ecuménico Vaticano II*. Colaborei nesta obra com um comentário histórico-doutrinal da Declaração Conciliar *Dignitatis humanae* sobre a liberdade religiosa.

*A nomeação para patriarca de Lisboa, 1971* (cap. V), processou-se em tempo de crise no relacionamento entre a Santa Sé e o Estado português, que atingiu um ponto culminante a 1 de julho de 1970 aquando do encontro privado do papa Paulo VI com dirigentes de três movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, e decorreu «num âmbito muito restrito da Cúria romana» (p. 193).

A 3 de maio de 1971, nos termos do artigo 10º da Concordata, o núncio apostólico notificou o Governo de que Paulo VI escolhesse Dom António Ribeiro como novo patriarca de Lisboa. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, respondeu logo no dia seguinte: «o Governo de Portugal não tem qualquer objeção a fazer à referida designação» (p. 194). Formalizada a nomeação em bula pontifícia de 10 de maio, a notícia foi divulgada em Fátima na peregrinação de 13 de maio.

Quase a completar 43 anos, Dom António era o prelado mais novo do episcopado nacional. Segundo a autora, «na decisão papal terá pesado (...) a perceção tida da personalidade de D. António e da sua adequação a uma previsível viragem histórica da Igreja portuguesa e do próprio País. De temperamento prudente, reservado, diplomático, mas assertivo, o jovem bispo, intelectualmente bem preparado, havia já dado provas de grande capacidade de trabalho, acumulando em pouco tempo a gestão de diferentes *dossiers* e responsabilidades crescentes» (p. 196). Mas a sua nomeação constituiu uma surpresa, como por duas vezes afirmou o seu sucessor D. José Policarpo (p. 203, nota 421, e 205, nota 426).

O candidato dos «setores tradicionalistas» era D. António dos Reis Rodrigues, bispo titular de Madarsuma e auxiliar do cardeal Cerejeira como Ordinário Castrense desde 1967, enquanto D. Manuel Falcão, bispo auxiliar de Lisboa com o título de Telepte desde a mesma data, reunia a preferência dos «segmentos do clero favoráveis a uma rápida mudança eclesial, sob o signo do Concílio, e até de progressistas» (p. 204). Este prelado foi o único indicado

como possível sucessor de Cerejeira numa carta enviada ao núncio apostólico por mais de cem membros do clero de Lisboa a 25 de dezembro de 1967; em missiva análoga, dirigida ao Secretário de Estado Adjunto da Santa Sé por alguns padres do Patriarcado a 24 de abril de 1971, o seu nome vinha acompanhado de D. António Ribeiro e de D. Eurico Dias Nogueira, bispo de Vila Cabral, em Moçambique, mas «a preferência dos sacerdotes por D. Manuel Falcão era manifesta» (p. 188).

A celebração de despedida do cardeal Cerejeira e de investidura do novo Patriarca efetuou-se a 29 de junho de 1971 no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, completamente lotado com vários milhares de fiéis. Pouco depois Dom António viajou para Roma e foi recebido em audiência particular pelo papa Paulo VI «cuja personalidade», diria mais tarde, «sempre me impressionou muito, pela sua cultura humanista extraordinária e pela sua afabilidade pessoal» (p. 210, nota 435).

O cap. VI, sob o amplo título de *A transformação da Igreja de Lisboa até à queda da ditadura, 1971-1974*, dá a conhecer o pensamento de Dom António sobre a relação com o poder civil e analisa a sua atuação em seis áreas: dedicação ao presbitério, nova orientação pastoral para a diocese, formação do clero, acompanhamento da UCP como seu Magno Chanceler, empenho na busca de soluções para a Ação Católica e urgência na formação da juventude e na reorganização do apostolado dos leigos.

O Patriarca expôs as linhas programáticas do seu ministério a 21 de novembro de 1971, solenidade de Cristo Rei, na sua primeira celebração na sé de Lisboa, perante numerosa assembleia integrada por altas figuras do Estado, encabeçadas pelo Professor Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, pelo núncio apostólico, bispos, sacerdotes e religiosos, outras autoridades civis, militares e académicas e delegados de paróquias, movimentos e obras eclesiais.

A prioridade da Igreja em Portugal, acentuou Dom António, é a evangelização. No plano interno tem «o dever de fazer-se peregrina» na sociedade nacional, aproximando-se «do mundo do pensamento e da cultura», do «mundo do trabalho» e do «mundo dos jovens». Na dimensão externa e omitindo alusões diretas às colónias portuguesas, sendo missionária na África, Ásia, Europa e América.

Dom António já se tinha dirigido aos sacerdotes, «ávidos de orientações» (p. 217), em cartas de 28 de setembro e 15 de outubro, enviadas de Roma onde participava no Sínodo dos Bispos de 1971, declarando: «Desde quando recebi o encargo pastoral da diocese, os padres estão continuamente presentes, no meu pensamento e no meu coração» (p. 218). Na mensagem programática de 21 de novembro, perante as divisões existentes na diocese apelou à unidade e equilíbrio e propôs-se fomentar «um diálogo assíduo e fraterno», incluindo todos: sacerdotes, religiosos e leigos. Para isso, em novembro-dezembro promoveu dois encontros com o clero sobre «pastoral da fé» e «diálogo com o bispo». Na sua primeira reunião do Conselho Presbiteral, em março de 1972, anotou que tinha sido «padre entre os padres de Lisboa, embora ligado juridicamente a outra diocese» (p. 224), e, conhecendo o desassossego destas reuniões no tempo do cardeal Cerejeira, esclareceu: «Nunca um Conselho Presbiteral se colocará diante do bispo como um sindicato diante do patrão ou como um grupo reivindicativo em frente das instâncias do poder. Não há presbitério sem o bispo, à margem do bispo ou contra o bispo» (p. 225). Por outro lado, em 1972 lançou também os retiros espirituais para o clero, nos quais participava.

---

A Igreja e o Estado, esclareceu na mensagem de 21 de novembro, coexistem como «duas comunidades autónomas e distintas (...), cada qual com a sua esfera de competência própria», e, admitindo a «cooperação mútua», situou-a, com novidade em relação ao que era comum ser expresso, adverte a autora, «nos justos limites das respetivas esferas de competência e no respeito da legítima liberdade», rejeitando «qualquer eufeuadamento ou interferência indevida» (p. 220-221).

A autora autonomizou parte do primeiro triénio do pontificado de Dom António sob o expressivo título de *O 'annus horribilis' de 1973* (cap. VII) para referir a sua oposição declarada ao ideário e a práticas repressivas do Estado Novo. E anota ajustadamente que foi para ele «uma prova difícil, a ponto de tomar um aspeto exterior grave. Emagreceria e perderia o semblante sorridente, e até alguma alegria, que apresentara até aí nas suas aparições públicas» (p. 253).

A celebração do Dia Mundial da Paz, iniciada por Paulo VI em 1968 e introduzida em Portugal no ano seguinte, revestia-se de especial melindre devido à guerra que então decorria nas colónias portuguesas de África. Particularmente no caso de Dom António que sucedeu ao cardeal Cerejeira como Ordinário Castrense a 24 de janeiro de 1972, continuando D. António dos Reis Rodrigues como bispo auxiliar neste sector.

A 30 de dezembro do mesmo ano, um grupo de fiéis da Capela do Rato, em Lisboa, com alguns não-crentes oposicionistas ao Estado Novo, após a missa vespertina manteve-se lá para 48 horas de reflexão sobre a paz e em especial sobre a guerra no Ultramar. Ao princípio da noite do dia 31 a polícia de choque irrompeu no local e deteve os participantes, cerca de vinte. Depois ordenou o encerramento da Capela nessa noite e no dia seguinte. Dom António desatendeu essas instruções. Celebraram-se as missas previstas para a noite de 31 e a manhã de 1 de janeiro de 1973. No final desta última, a polícia prendeu dois padres da equipa presbiteral do Rato. Um foi solto mediante diligências do secretário do Patriarca. Para libertar o outro, «D. António apresentar-se-ia pessoalmente na sede da Direção-Geral de Segurança (...). Aguardaria algumas horas nessas instalações até ser satisfeito o seu pedido e abandonaria o local apenas com o sacerdote a seu lado» (p. 257).

A 10 de janeiro o Patriarca publicou uma Nota sobre os acontecimentos. Sem pôr em causa a «procura, por parte dos católicos e dos homens de boa vontade, das soluções concretas que levam à paz baseada na verdade, na justiça, na caridade e na liberdade», nem a legitimidade do princípio que inspirara a reunião na Capela do Rato, Dom António condenava «certos procedimentos abusivos» e «o modo» como se realizara, bem como a atuação das forças policiais «ao intervirem no lugar sagrado nos termos em que o fizeram». A Nota teve «uma recepção tanto positiva como negativa», conforme a autora mostra com diversos depoimentos (p. 259-261).

A 3 de fevereiro, quando os ventos levantados por este episódio ainda se faziam notar, surgiu a notícia da elevação de Dom António ao cardinalato. Paulo VI dava assim cumprimento ao privilégio concedido a D. João V em 1737, nos termos do qual o patriarca de Lisboa seria criado cardeal no primeiro consistório após a sua nomeação. Dom António recebeu logo felicitações do almirante Américo Tomás, Presidente da República, e de Marcelo Caetano que para o efeito se deslocou pessoalmente ao Patriarcado. Nas visitas protocolares de agradecimento aos dois governantes a autora considera que «as fotos oficiais registariam o semblante cansado

e preocupado do bispo de Lisboa nas duas audiências» (p. 265). A celebração de entrega das insígnias cardinalícias efetuou-se no Vaticano a 5 de março. Revendo as imagens da cerimónia no arquivo da RTP, a autora salienta «um gesto afetuoso de Paulo VI para com o patriarca de Lisboa (...). No cortejo de cumprimentos dos novos cardeais ao Papa, este levantar-se-ia do trono pontifical para abraçar, muito rapidamente mas deixando transparecer alguma comoção, D. António» (p. 267). No dia seguinte o Embaixador de Portugal na Santa Sé, Eduardo Brazão, ofereceu uma receção em sua honra à qual acorreram oitocentos convidados.

Ao longo de 1973 e nos primeiros meses do ano seguinte alguns sacerdotes foram detidos pela polícia política. Um era pároco em Alhos Vedros e outro em Palmela, na região pastoral de Setúbal, que só em 1975 passaria a Diocese. Dom António entrou em contacto com eles através do vigário episcopal de Setúbal e recebeu uma delegação de Alhos Vedros. Também lhe chegavam denúncias sobre prisões e torturas, enviadas sobretudo pela Comissão Nacional de Socorro dos Presos Políticos e pela Amnistia Internacional. Numa das suas idas a Roma, em 1972, encontrou-se discretamente com Mário Soares, destacado membro da Associação Socialista Portuguesa, então exilado em França. Em novembro de 1973, no contexto das eleições para a Assembleia Nacional, um grupo oposicionista, a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), solicitou-lhe uma «troca de impressões a título de esclarecimento e com o objetivo de considerar eventuais possibilidades de iniciativas em defesa da pessoa humana» (p. 272).

Em 1973 intensificou-se a condenação internacional da guerra no Ultramar após o massacre efetuado pelas tropas portuguesas na aldeia de Wiriamu, na diocese de Tete, em dezembro do ano anterior. Criticava-se a decisão do Governo de proibir a divulgação do comunicado da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) sobre o ocorrido em Wiriamu, bem como a inação dos bispos portugueses e da Santa Sé. Dom António recebeu numerosas denúncias de personalidades e organizações católicas estrangeiras, instando-o a agir. «Cumprindo o que era recomendado pelas autoridades vaticanas, o patriarca evitaria assumir qualquer atitude que pudesse ser considerada como política» (p. 273). Em outubro pediu audiência a Marcelo Caetano e solicitou a publicação desse texto da CEM, que já circulava clandestinamente. Perante a recusa, o encontro acabou em ambiente de frieza. Depois dirigiu-se a Roma para consultas. A autora conjectura que «Paulo VI não terá incentivado novas ações, designadamente pela ameaça que terá existido da parte do Governo português de denunciar os acordos concordatários» (p. 274).

Entretanto, a 4 de maio de 1973 a CEP publicou a *Carta pastoral no décimo aniversário da 'Pacem in terris'* cujo redator principal foi o patriarca de Lisboa que desde o ano anterior era vogal do seu Conselho Permanente. Ancorado nesta encíclica do papa João XXIII e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas vinte e cinco anos antes, o documento incorporava contributos posteriores do Magistério da Igreja, nomeadamente do Sínodo dos Bispos de 1971 sobre a justiça no mundo, no qual Dom António participara. Esta carta pastoral defende o pluralismo das opções políticas e, para efetivação deste, a liberdade dos meios de comunicação social e o direito de sufrágio livre. O ideário e as práticas do Estado Novo eram bem diferentes.

O cap. VIII, *A condução da Igreja de Lisboa na transição para a democracia, 1974-1975*, analisa o governo pastoral de Dom António num biénio marcante na vida do País e da Igreja.

A autora classifica a sua atitude perante o poder político surgido da revolução de 25 de abril de 1974 como tendo passado «da reserva à intervenção cooperante» (p. 291). A 29

---

de abril recusou officiar um *Te Deum* pedido pela Junta de Salvação Nacional. A 13 de maio presidiu à peregrinação a Fátima e apelou à «reconciliação fraterna dos portugueses» e à instauração de uma «nova ordem social», assente não «sobre pilares antagónicos aos que o pensamento social da Igreja propõe», mas na «verdade, na justiça e na liberdade e no amor e na paz», nos termos da encíclica *Pacem in terris*. A 15 de maio, em missiva de cumprimentos ao primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos, manifestou a disponibilidade da hierarquia eclesiástica para colaborar com as novas autoridades civis. A 17 de maio, à tarde, assistiu à investitura do general António de Spínola como Presidente da República. A referência à presença do Patriarca no ato foi passada à imprensa pelas autoridades civis sem o terem consultado, como o próprio Dom António esclareceu na manhã desse dia na UCP onde se deslocou para o encerramento duma Semana de Estudos para o Clero; apesar disso, adiantou, iria comparecer. A 22 de maio Palma Carlos fez uma visita de cortesia ao Patriarca juntamente com Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros.

O diálogo com o clero diocesano e a união do presbitério foram preocupações maiores de Dom António nos tempos conturbados a seguir à revolução de abril. A reunião do clero de 20 de maio, a que assisti, juntou várias centenas de participantes. Refletindo o clima agitado das muitas reuniões políticas que então se faziam por todo o país, a assembleia rejeitou a agenda proposta e o moderador indicado para conduzir os trabalhos. Elegeu um grupo moderador do encontro e centrou a agenda nos órgãos de comunicação social do Patriarcado, na democratização da Igreja e na criação de instâncias de diálogo para o clero. A autora conclui ajustadamente: «Ouvindo críticas, algumas exaltadas, D. António conservou a serenidade e, ao tomar a palavra final, não negaria utilidade à reunião» (p. 299-300). O Conselho Presbiteral de julho decorreu em ambiente mais sereno que levou no ano seguinte à participação de algumas dezenas de padres e leigos do Patriarcado no VIII Colóquio Europeu de Paróquias, reunido em Lisboa de 7 a 11 de julho.

Em outubro de 1974, Dom António participou em Roma no Sínodo dos Bispos sobre a evangelização. Em cartas de 15 e 26 de outubro, dirigidas «ao Povo de Deus do Patriarcado de Lisboa», não se limitou a dar conta do andamento dos debates sinodais; apelou à responsabilização de toda a Igreja local na evangelização, especialmente dos jovens e nas situações de instabilidade e marginalidade social. Em novembro e dezembro a sua atuação pastoral sofreu muitas limitações devido a internamento numa casa de saúde.

O biênio de 1974-1975 ficou marcado por intensa contestação na Igreja, promovida por grupos minoritários de padres, religiosos e leigos «progressistas», sobretudo no Patriarcado. Nas dioceses de Lisboa e do Porto surgiram as Assembleias Livres de Cristãos (ALC) com centenas de participantes. Criticava-se a ligação da hierarquia ao Estado Novo e o silêncio perante a guerra colonial e as prisões políticas, bem como a demora na implementação do Concílio. Reclamava-se ainda a demissão dos bispos por terem sido nomeados com a anuência do regime deposto ou, ao menos, o direito de os Conselhos Presbiterais ou os Conselhos de Leigos rejeitarem ou reelegerem os seus prelados. Dom António seguiu de longe estas reuniões, sem tentar impedi-las, mas não dialogou com os seus fautores. Apareceram também os Cristãos em Reflexão Permanente (CERP) e os Cristãos para o Socialismo (CPS). Este grupo endureceu a contestação à Igreja e no «verão quente» de 1975 passou a colaborar com formações políticas da extrema-esquerda. Em abril de 1975 o Patriarca afirmou: «Não colocamos

ninguém à margem, é antes a sua crítica sistemática à Igreja que os afasta pouco a pouco. Isto torna-se especialmente lamentável num período em que assistimos à renovação da nossa Igreja» (p. 306).

A 16 de julho de 1974, a CEP publicou a *Carta pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política*. Segundo o testemunho de D. Manuel de Almeida Trindade, então presidente da CEP, o seu principal redator foi D. Manuel Falcão, bispo titular de Telepte e auxiliar de Lisboa, tendo a versão final sido aprovada por unanimidade (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*. 2ª edição revista e aumentada. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993, p. 325). Neste documento o episcopado recusou politizar a Igreja ao «recordar que nenhum partido ou movimento político se pode legitimamente arvorar em defensor exclusivo ou privilegiado do pensamento e interesses da Igreja» (n.º 43). Por seu lado, em junho de 1975 Dom António promoveu em Lisboa, Penafirme, Santarém e Setúbal sete sessões de esclarecimento para o clero, dinamizadas por especialistas leigos, sobre a situação sociopolítica e as interpelações daí resultantes para a Igreja. Nesse momento, acrescenta a autora, «embora publicamente o cardeal-patriarca projetasse uma imagem de firmeza e as suas intervenções fossem contidas e não emocionais, na intimidade terá vivido com grande perturbação a possibilidade da tomada do poder pelo PCP» (p. 311).

Em comunicado de 17 de janeiro de 1975, o Conselho Permanente da CEP denunciou «manifestações anticlericais, por vezes em forma de campanhas, movidas sobretudo contra párocos e mesmo bispos». A partir deste momento Dom António preocupou-se com o radicalismo crescente do processo revolucionário em curso, então abreviadamente designado pela sigla PREC. Em intervenções pessoais ou em documentos da CEP pronunciou-se pela liberdade de ensino e de organização sindical e contra o monolitismo da informação e condenou os saneamentos, as prisões arbitrárias, o assalto a propriedades e o «desfazer anárquico de estruturas e instituições», executados neste período. Em entrevista ao diário parisiense *Le Figaro* a 7 de abril, que suscitou incómodos entre políticos e militares, o Patriarca reconheceu «uma grande boa vontade» no primeiro-ministro do Governo Provisório, Vasco Gonçalves, mas afirmou que «o poder não controla hoje a situação». Depois das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de abril, congratulou-se com o civismo do povo no sufrágio eleitoral, sem deixar de condenar as tentativas «para firmar uma ditadura, traga embora ela o sinal contrário da outra que já passou». Por outro lado, a partir de agosto colaborou com o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) por intermédio da Cáritas Portuguesa, acolhendo nos seminários dos Olivais e de Almada e noutras instituições milhares de retornados do Ultramar.

O cap. VIII termina apresentando com bastante pormenor o «caso da Rádio Renascença (RR)», em que «D. António Ribeiro exerceria uma estratégia de resistência e mostraria forte capacidade de negociação ante os poderes públicos» (p. 318).

A questão principiou a 30 de abril de 1974, com uma greve dos trabalhadores da redação e a sua entrada em autogestão. A seguir ao golpe militar de 11 de março de 1975 o Governo Provisório nomeou uma Comissão Administrativa para a RR, o que foi entendido como primeiro passo para a sua nacionalização. Em 27 de maio um grupo de trabalhadores ocupou os estúdios de Lisboa e o centro emissor de Benfca. A 18 de junho, ao fim da tarde, encontraram-se dois ajuntamentos em frente ao Patriarcado: uma manifestação de apoio a esses trabalhadores, promovida por forças políticas da extrema-esquerda, e uma contramanifestação

---

de centenas de cristãos solidários com o Patriarca e a CEP. À noite a situação agravou-se com o apedrejamento dos contramanifestantes que se refugiaram na residência patriarcal com trinta e oito feridos. Nas conversações para a retirada dos sitiados, o Patriarca manteve um duro braço de ferro com Otelo Saraiva de Carvalho, comandante do comando operacional do Continente (COPCON). A 7 de novembro o VI Governo Provisório, de Pinheiro de Azevedo, destruiu à bomba o centro emissor de Benfica. Seguiram-se negociações entre o Governo e a CEP da qual Dom António fora entretanto eleito presidente. A 29 de novembro o ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, propôs a nacionalização das frequências da RR, conservando a Igreja os estúdios para produzir programas que seriam emitidos pela empresa pública de radiodifusão a criar em breve. O Patriarca recusou tal solução por contrariar o estabelecido na Concordata e os princípios aprovados na Assembleia Constituinte sobre a liberdade de expressão e o direito de as confissões religiosas terem meios de comunicação social próprios. O Governo cedeu perante a argumentação episcopal e a RR foi devolvida à Igreja a 28 de dezembro de 1975.

Numa reunião do clero em meados de 1975, a que assisti, na antiga Casa de Retiros da Buraca onde hoje está sediada a RR, Dom António sublinhou com firmeza que, ao defender a sua estação radiofónica, a Igreja não lutava por uma propriedade, mas pela liberdade de expressão e, como a autora escreve no título do último apartado deste capítulo, pela «defesa intransigente da presença pública da Igreja» (p. 318).

No segundo semestre de 1975 ocorreram duas mudanças em Lisboa: a 16 de julho as regiões pastorais de Santarém e Setúbal passaram a Dioceses e em outubro Dom António assumiu a presidência da CEP, lugar que desempenharia ainda no triénio seguinte e no período de 1987-1993.

O cap. IX, *A reforma da Igreja de Lisboa na estabilização da democracia, 1975-1998*, expõe as linhas mestras da ação pastoral do biografado logo desde o agitado ano de 1975.

Inspirando-se no Sínodo dos Bispos de 1974 sobre a evangelização, em que tinha participado, o Patriarca e o Secretariado Permanente do Conselho Presbiteral, incumbiram um grupo de seis padres de elaborar uma proposta inicial de evangelização em fevereiro de 1975. O texto produzido foi apreciado pelo Conselho dos Vigários Gerais e Episcopais e por grupos de trabalho das estruturas diocesanas para mobilização dos leigos, com resultados modestos nos primeiros tempos. Nas reuniões do clero das três regiões da Diocese (Lisboa, Termo e Oeste) surgiram motivações e propostas desencontradas; apesar disso, Dom António mostrou «alegria pelo trabalho realizado, válido pelas pistas apontadas», mas alertou que «disto nada resultará se nós próprios não estivermos convencidos do fundamental» (p. 337). O documento passou depois por duas sessões do Conselho Presbiteral e foi apresentado a 15 de setembro de 1976 como Plano de Ação Pastoral (PAP). Propunha seis opções básicas de atuação pastoral (comunitária, evangelização, pobreza e serviço dos pobres, empenhamento na construção da cidade terrestre, corresponsabilidade e pluralismo) e privilegiava quatro sectores na evangelização (família, juventude e áreas do trabalho e da inteligência). Durante o pontificado de Dom António o PAP concretizava-se todos os anos nos programas de pastoral e era estudado nas jornadas de reciclagem do clero.

A opção do PAP pela corresponsabilidade mereceu especial atenção ao Patriarca. Convocava reuniões quinzenais com os Bispos Auxiliares. Fomentou a inserção dos religiosos e religiosas na Igreja diocesana. Impulsionou a formação dos Conselhos Pastorais Paroquiais

cujos estatutos aprovou em 1978, com implementação diversificada nas três regiões da Diocese: em 1991 existiam em 87,5% das paróquias de Lisboa e só em 28,6% no Termo e em 16,7% no Oeste. Estabeleceu o Conselho Pastoral Diocesano em 1986. Introduziu o diacnato permanente em 1994, depois de João Paulo II ter autorizado a sua restauração em Portugal em 1979 a pedido da CEP. Continuou a acompanhar a organização do apostolado dos leigos, embora a reestruturação deste sector tenha pertencido ao seu bispo auxiliar D. Maurílio de Gouveia até 1981, ano em que este prelado passou a arcebispo de Évora. Como Magno Chanceler da UCP, cuidou de assegurar o carácter eclesial da instituição e a sua dependência da CEP. Sob o seu impulso, em 1982 surgiu em Lisboa o Centro Universitário Católico (CEUC). Em 1985 escreveu uma *Carta pastoral aos Jovens* e organizou um Congresso de Pastoral Juvenil do Patriarcado. A autora anota que «menos bem sucedido foi o Patriarca em relação ao projeto de recuperação da Ação Católica, em que falharam não só os esforços da Igreja de Lisboa mas também da CEP» (p. 351), apesar do afeto que ele manifestou pela ACP em 1983 no cinquentenário da sua fundação. Em 1980 instituiu o Dia da Igreja Diocesana que se celebra todos os anos em diferentes lugares das três regiões do Patriarcado. Em 1984 reintroduziu a tradição da celebração do aniversário da dedicação da Sé de Lisboa no dia 25 de outubro.

Relativamente a edifícios de culto, Dom António prosseguiu e intensificou o trabalho do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado e da Comissão de Arte Sacra, organismos criados pelo cardeal Cerejeira em 1961 e 1963, respetivamente. A construção de igrejas, especialmente nos arredores da capital, tornava-se imperiosa devido ao enorme afluxo de população vinda do interior do país e à urbanização de zonas agrícolas ou desocupadas. Além do seu objetivo religioso, o levantamento de igrejas assumia «claríssima importância sociocultural» para gente que muitas vezes começara por viver em bairros clandestinos. Por isso recebeu participação económica e apoio técnico do Ministério da Habitação e Obras Públicas e de Câmaras Municipais. No conjunto do Patriarcado, até 1997 edificaram-se 56 igrejas paroquiais, 2 co-paroquiais e 127 não-paroquiais.

O Patriarca destacou-se na área da comunicação social. No campo da imprensa, o Conselho Permanente da CEP suspendeu a publicação do diário católico *Novidades* a 3 de maio de 1974 pelas circunstâncias sociopolíticas do momento. Para o substituir, o biografado lançou o semanário de informação e opinião *Nova Terra* em maio de 1975, que cessou em fevereiro de 1977 por dificuldades económicas. Em 1990 o Conselho Pastoral Diocesano criou uma comissão para cuidar da melhoria dos boletins paroquiais do Patriarcado. No âmbito da radiodifusão, o Patriarca opôs-se em 1979 a nova tentativa do Governo para estabelecer um monopólio estatal na rádio e na televisão, considerando tal objetivo inconstitucional e violador do acordo de 1975 sobre a RR; perante esta argumentação, o Presidente da República, Ramalho Eanes, não promulgou a legislação proposta. A autora expõe com algum pormenor as perseverantes diligências de Dom António para criar um centro emissor de televisão do Patriarcado e, posteriormente, da CEP. O projeto, apresentado ao Governo em 1980 e submetido a três primeiros-ministros (Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Cavaco Silva), não conduziu a bom porto e foi abandonado em 1990. No ano seguinte a RR, autorizada pelo Patriarca, candidatou-se e obteve um canal televisivo privado, tendo como acionistas associados algumas entidades eclesiais (UCP, Misericórdias e institutos religiosos), mas não a CEP. Foi o início

---

da Televisão Independente (TVI) que anos depois, sobretudo por dificuldades económicas, mudou de proprietário e deixou de estar ligada à Igreja.

Merece igualmente referência a intervenção do biografado na esfera sociopolítica. Nos primeiros tempos de estabelecimento da democracia, apelou ao respeito das normas jurídicas e, em 1977, ao dever de o Estado reprimir os atos de terrorismo então praticados no país. No mesmo contexto estimulou na sua diocese a leitura e debate da doutrina social da Igreja e em 1979 participou na elaboração da carta pastoral da CEP sobre *Perspetivas cristãs da reconstrução da vida nacional*. Nesse momento, observa a autora, a Igreja tinha recuperado a capacidade de influência e representava uma força que os partidos e o Governo não subestimavam. Juntamente com a CEP, Dom António empenhou-se na defesa da escola católica que via ameaçada pela tentação monopolista presente na área socialista. Tal esforço refletiu-se na aprovação da lei de bases do ensino particular e cooperativo em 1979. Mesmo assim, julgava excessiva a subordinação do ensino particular ao Estado. Em 1984, depois de ouvir especialistas, publicou uma apreciada *Carta pastoral sobre algumas questões da habitação e do urbanismo no Patriarcado de Lisboa* em que rejeitava soluções estatizantes. Nas vésperas da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) saudou esta opção como garantia da democracia e do desenvolvimento do país, promoveu uma reflexão sobre a mesma com especialistas leigos no Dia da Igreja Diocesana e publicou em 1985 uma *Nota pastoral sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias* em que alertava para a «falta de informação sobre as negociações da adesão e sobre as suas consequências na vida dos portugueses». Além disso, o Patriarca manifestou oposição frontal ao aborto, antes e depois da sua aprovação na Assembleia da República em 1984 em certos casos. No último ano de vida, em face de propostas de alargamento das condições legais para o fazer, acusou alguns políticos de cultivarem uma «escalada de morte».

No apartado sobre solidariedade eclesial e seminários, destaca-se em 1984 a fundação do seminário vocacional de S. José de Caparide, no concelho de Cascais, e em 1992 a abertura da Casa Sacerdotal de Lisboa para acolhimento de padres idosos e incapacitados. Nos anos oitenta legislou sobre o Estatuto Económico do Clero, o Fundo Paroquial, o Fundo Diocesano do Clero e os Conselhos Económicos Paroquiais, sucessores dos conselhos da Fábrica da Igreja; neste ponto com resultados iniciais modestos, pois, apesar de obrigatórios, em 1990 só existiam em 18,2% das paróquias. Acompanhou o Seminário Maior dos Olivais e também o de Almada que continuou a pertencer ao Patriarcado até 1998, juntamente com o Santuário de Cristo Rei (Decreto da Congregação dos Bispos de 12 de novembro de 1998. *Lumen*. 60 (1999) 454).

Dois anos após a apresentação do Plano de Ação Pastoral (PAP) e acolhendo um desiderato da Congregação da Educação Católica, de que era membro, Dom António decidiu elaborar um plano específico para todas as vocações de consagração da diocese. Em agosto de 1978 incumbiu uma equipa diversificada (dois sacerdotes da pastoral vocacional, dois párocos, um religioso, uma religiosa e um leigo) de redigir um texto-base. O documento beneficiou de melhorias em numerosas reuniões do clero, de religiosos e religiosas e do laicado antes de subir ao Conselho Presbiteral. Por fim, em abril de 1981 recebeu a aprovação do Conselho Episcopal e foi apresentado como Plano Pastoral das Vocações do Patriarcado (PPVP). A Congregação da Educação Católica reconheceu a sua «qualidade superior» e aproveitou-o nas conclusões do Congresso Internacional de Bispos e outros responsáveis das vocações na Igreja, que se efetuou em Roma em maio de 1981 sob proposta do purpurado lisbonense.

O penúltimo apartado deste capítulo refere a atuação do Patriarca de Lisboa na Santa Sé e como legado pontifício. Dom António gozava da estima do papa Paulo VI que depois do 25 de abril lhe enviou a bênção apostólica no dia do seu onomástico em três anos consecutivos e o designou presidente-delegado do Sínodo dos Bispos de 1977 sobre a catequese. O mesmo aconteceu com João Paulo II que por três vezes o nomeou seu enviado e representante na comemoração de datas significativas: em 1991 a Luanda no quinto centenário da evangelização de Angola, em 1994 a Setúbal no quinto centenário da ratificação do Tratado de Tordesilhas e em 1996 a Vila Viçosa no 360.º aniversário da proclamação da Imaculada Conceição como padroeira de Portugal. Por sua vez, o Patriarca foi quatro vezes anfitrião, jubiloso e agradecido, de João Paulo II: a 23 de maio de 1979 na igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, no dia dos oitocentos anos do reconhecimento de D. Afonso Henriques como rei de Portugal pelo papa Alexandre III; em 1982 e 1991 em Lisboa nas visitas apostólicas do Sumo Pontífice a Portugal e a 12 de janeiro de 1985 em Roma, com D. Manuel de Almeida Trindade, então presidente da CEP, na visita do Santo Padre ao Pontifício Colégio Português. Dom António foi membro da Congregação da Educação Católica (1973-1989 e de novo 1994-1998), da Congregação do Clero (1984-1998) e do Pontifício Conselho da Cultura (1993); na primeira assembleia plenária deste Conselho apresentou uma apreciada comunicação sobre *Como anunciar Deus aos homens de hoje*. Participou ainda em bastantes dos quinze Sínodos dos Bispos realizados até 1994. Assim sendo, marcava presença com alguma regularidade em Roma aonde também não poucas vezes se dirigia para consultas sobre assuntos do Patriarcado e da CEP.

O nono apartado deste capítulo, intitulado *O último combate*, trata dos derradeiros anos de vida do biografado e da sua iniciativa de erguer uma basílica dedicada a Santo António em Lisboa ao alto do Parque Eduardo VII.

A Câmara Municipal aprovou esta proposta em 1981. Seguiu-se o lançamento da primeira pedra. Em 1993 o projeto foi declarado oficialmente viável depois da aprovação do Plano de Pormenor do Alto do Parque Eduardo VII, ratificada pelo Governo a 29 de dezembro de 1992. Em 1996 deparou com forte oposição de certa comunicação social e de alguns meios católicos. Por fim, o sonho da nova basílica não se concretizou, pois «alegradamente, o projeto perder-se-ia por alterações de liderança política na autarquia de Lisboa, ainda que também não tenha sido recuperado pelos bispos residenciais de Lisboa que sucederam a D. António Ribeiro» (p. 399, nota 828).

Entretanto, em 1993 a saúde de Dom António tinha começado a declinar em 1993 na sequência dum acidente de automóvel. Dois anos depois manifestou-se-lhe um cancro no cólon. Em 1996 celebrou as bodas de prata de patriarca de Lisboa «nesse ambiente de festa suspensa», na expressão da autora (p. 397). Pediu a resignação a João Paulo II que, em vez disso, a 25 de março de 1997 elevou o seu bispo auxiliar D. José Policarpo a arcebispo coadjutor. Com dificuldade, a 9 de outubro presidiu à missa de abertura dum congresso em Fátima. Em seguida, entregou o governo da diocese ao coadjutor, deixou a residência patriarcal de Lisboa, no Campo de Santana, e retirou-se para o seminário de Caparide no concelho de Cascais. «Esse testemunho», prossegue a autora, «impressionou o presbitério, crentes e não crentes, que lhe reconheceram a estatura moral até nos dias finais» (p. 400). Faleceu a 24 de março de 1998 na Clínica de Santo António da Reboleira. No dia seguinte, decretado de luto nacional pelo Governo, foi sepultado no panteão dos patriarcas do mosteiro de S. Vicente de Fora em Lisboa.